CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

PROCESSO CEE N° 0329/87 e Outros - Ap. Proc. SE n° 2008/88 e Outros Reautuado em 06/10/88

INTERESSADAS: SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS E

MORADORES DO BAIRRO JARDIM SANTA LUZIA/EMBU e Outras

ASSUNTO : Convênio objetivando a implantação e o desenvolvimento do

Programa de Formação Integral da Criança - PROFIC -

Renovação.

RELATORA : Conselheira Cecília Vasconcellos L.Guaraná

PARECER CEE N° 1023/88 - Conselho Pleno - APROVADO EM 2/11/1988

1. HISTÓRICO

O Senhor Secretário da Educação encaminha para apreciação deste Colegiado, termos de Convênio a serem firmados entre a Secretaria da Educação e 07(sete) Entidades Assistenciais, objetivando a implantação e o desenvolvimento do Programa de Formação Integral da Criança PROFIC.

Depois de informados pelos órgãos competentes da Secretaria vêm os autos a este Conselho, em 06/10/88.

2. APRECIAÇÃO

Trata-se de renovação de Convênios celebrados, em 1987, com o mesmo objetivo, cuja vigência de 01(um) ano a partir da assinatura expirou durante o exercício de 1988.

As entidades ao solicitarem esta nova celebração do Convênio PROFIC, juntam documentação comprobatória de sua situação jurídica e assistencial.

Os representantes legais das entidades declaram terem entregue a prestação de contas relativa ao Convênio PROFIC, cuja vigência expirou.

Os Pareceres CEE, que aprovaram os Convênios PROFIC com entidades assistenciais, condicionaram a renovação dos referidos Convênios à apresentação de relatório da avaliação dos resultados. As entidades assim procederam. Da leitura e análise feita, constatamos que todos os relatórios das entidades são acompanhados de um parecer favorável do Supervisor do Ensino, ao nível do Delegacia de Ensino e, de maneira geral, conclui-se que as mesmas cumpriram com o solicitado nos Pareceres desse Colegiado.

As autoridades preopinantes dos órgãos próprios da Secretaria da Educação, bem como a Coordenação Central do PROFIC, manifestáramos favoravelmente as renovações propostas, tendo essa Coordenação fixado, em quadro-resumo, as obrigações específicas dos partícipes nos novos Convênios.

As entidades, além do relatório, apresentaram seu Plano de Trabalho para o ano de 1988, contendo objetivos, metas, metodologias, recursos, clientela, principais atividades a serem desenvolvidas, previsão de despesas, serviços prestados (atuais e a serem prestados), etc.

O Grupo de Planejamento Setorial informa que as despesas aprovadas pelo Senhor Secretário deverão onerar o orçamento deste exercício na Classificação Económica 3.1.3.2 - Outros Serviços e Encargos, Classificação Funcional Programática 08.07.021.2.053 - Coordenação e Administração Geral da Pasta, Unidade de Despesas 08.01.01 - Gabinete do Secretário da Educação.

Em sua informações, a Equipe Técnica de Acompanhamento e Controle de Convênios e Projetos salienta que a solicitação "já está amparada pelo Decreto n° 25.753/86, liberada, portanto, do pronunciamento

da Douta Consultoria Jurídica da Pasta, em face do estabelecido no artigo 1º do Decreto nº 27.378/87".

As minutas apresentadas seguem, em sua forma e conteúdo, o modelo anexo ao Decreto n $^\circ$ 25.753/86, variando apenas os dados referente às cláusulas:

Primeira - do Objeto - número de crianças a serem atendidas.

<u>Segunda</u> - 2,d - das Obrigações da Secretaria - especificação dos docentes e/ou outros profissionais a serem contratados.

Quarta - "caput" - dos Recursos Financeiros - valor a ser repassado a entidade para execução do Convênio.

Esses dados específicos de cada um dos Convênios propostos constam da relação a seguir:

DQ CONVÊRIO	CLÁUSULA 43	DOS RECURSOS FINANCEIROS	Fixa, para 1988, en Cz\$ 1.939.091,00 os recursos a serem repassados à Entidade, sendo: Cz\$ 1.489.650,00 pa- ra contratação de professo- res; Cz\$ 238.680,00 para roforço de material de con- sumo e Cz\$ 210.761,00 coro resíduo salarial.	Pira, para 1988, em Cz\$ 473.477,00 os recursos a se rem repassados à Entidade , sendo: Cz\$ 218.457,00 pera reforço de material de con- sumo e Cz\$ 255.020,00 como reforço para contratação de monitores.	Pixa, para 1988, em Czŝ 1.686.149,00 os recursos a serem repassados à Intidade sendo: Czŝ 1.016.474,00 para contratação de professorial de consumo; Czŝ
	Cláusula la - Clien Cláusula 2a - Obriga tela	oes OUTROS	1	Monito res	Monitor res
		Contratações P.III OU	04 JPT	1	ı
		P.I	OL	ı	1991 1991
		10 G.	06	60	09
		PRÉ	30	09	09
	PLANO DE TRABALHO		Visaro atendimento às cri anças carentes vindas de famílias de baixa renda ; moradores do bairro, de pe riferia urbana, com idade de 04 a 15 anos, proporci nando reforço escolar, edu cação física, recreação - orientada, alimentação e saúde.	Atendimento às crianças œ rentes em período integral proporcionando reforço es colar, recreação orienta-da, trabalhos manuais , orientação para coordena-ção motora, alimentação, higiene e assistência médica e odontológica.	Busca atendimento às crim ças de família de baixa renda e favelas, tirando- as da rua e proporcionan- do alimentação, atividades psicopadagógicas de baser e recreação orientada, es portes (capoeira), reforço escolar e atendimento mé- dico.
ENTIDADE ASSISTENCIAL			ASSOCIAÇÃO DOS AMI GOS E MCRADORES DO BAIRRO JARDIM SAN- TA LUZIA/EMBU	SOCIEDADE ANIGOS IE BAIRRO DO JARDÍM VISTA ALEGRE E PAR QUE JANE/EMBU	SOCIEDADE ANIGOS IE BAIRRO DO JARDIM PINHEIRINHO/EMBU
	ибигко DO FROCESSO CRE e SE O329/87		0329/87 2008,68	0385/87	0483/87

DI CONVENIO	CLÁUSULA 4a DOS RECURSOS FINANCEIROS		Fixa, para 1988, em Cz\$ 467.208,00 os recursos a serem repassados à Entidade , sendo: Cz\$ 402.408,00 para contratação de técnicos e mo nitores e Cz\$ 64.800,00 pa- ra reforço para material de consumo.	Fixa, para 1988, em Cz\$ 1.745.137,00 os recursos a serem repassados a Entidade, sendo: Cz\$ 1.020.083,00 para contratação de professores; Cz\$ 470.034,00 para reforço para material de consuno e Cz\$ 255.020,00 para reforço para pagamento de monitores.	Fixa, para 1938, em Cz\$ 1.144.327,00 os recursos a serem repassados a Entidade, sendo: Cz\$ 837.427,00 para contratação de professores e Cz\$ 306.900,00 para reforço de material de consumo.
	Cláusula la - Clien Cláusula 24 - Obriga tela	OUTROS	Técni cos e Moni- tores	Moni- tores	1
		Contratações P.III OU	1	t	02 JPT
1		υ I.d.	ļ	JPT	04 JPT
		10 6.		30	45
		PRÉ	09	011	145
	PLANO DE TRABALHO		Vissao atendimento à crian ças provenientes das 2 fa- velas de bairro e de famí- lias de baixa renda propor cionando alimentação, recre ção orientada, assistência médica e odontológica atra vés de Gentro de Saúde, re forço escolar e orientação de psicólogo, assistente social e pedagogo.	Atende às crianças extrema monte carentes da região. Proporciona alimentação c/reforço de horta própria, atividades artísticas, edu cação física, assistência médica, atividades profissionalizantes e que despertam a vocação das crianças e recreação orientada.	Atendimento às crianças ca rentes visando seu desenval vimento integral oferecen- do afeto, segurança, integra ção social, assistência mé- dica e odontológica, alimen tação, atividades psicopeda gógicas, artísticas e recra tivas, hartícultura e artícultura e
	entidàde Assistencial		SOCIEDADE AKIGOS EE BAIRRO DO JARDIK SIIVIA/EKEU	CENTRO COMUNITARIO CULTURAL "SANTO RO RÁCIO"/ELBU	SOCIEDADE EMEUENSE DE PROMOÇÃO/EMBU
00 00 1902	NÚMENO DO PROCESSO CEE e SE		0488/87 2320/88	1670/86 2322/88	1723/86 2321/88

DQ CONVENTO	Claucula 2u - Obriga CLAUSULA 4a	Contratuções P.I P.III OUTROS DOS RECURSOS FINANCEIROS	Ol 02 Técni- Fixa, para 1988, em Czę JPT JPT cos e 1.238.139,00 os recursos a Monito sevem repassados à Entidaçe res sendo: Cz\$ 726.398,00 para contratação de professores; Cz\$ 181.350,00 para referço para material de consume ; Cz\$ 234.528,00 para referço para pagamento de técnicos cono resíduo salarial.	
	la - Clien	10 G.	09	
	Clausula tela	PRÉ	9	
	PLANO DE TRABALHO		Visa proporcionar desenvol vimento integral às criangas-carentes através de alimentação adequada, assectação de estudos, atividatação de estudos, atividades diversificadas, programas e treinamentos sóciocaucativo -culturais e cursos pré-profissionalizan-1 tes.	
NOMERO DO PROCESSO ENTIDADE CEE SE ASSISTENCIAL		TATORGICOR	comunidade/kolèing de embu/embu	
			0260/87 2158/88	

Reportamo-nos aos Pareceres que aprovaram os Convênios - PROFIC iniciais com entidades assistenciais e citamos os itens contidos - na Apreciação dos referidos Pareceres, reforçando sua Importância:

- a) busca de esquemas de entrosagem e de cooperação técnica e financeira entre a Secretaria da Educação e Instituições da comunidade para atender as crianças assistidas pelo PROFIC (fundamentado no artigo 3°, b da Lei n.s 5.692/71);
- b) preenchimento pelas entidades assistenciais dos requisitos mínimos definidos pela Secretaria da Educação (estar legalmente constituída; ter personalidade jurídica; não ter fins lucrativos; incluir atividades educacionais adequadas a faixa etária, à escolarização básica, iniciação ao trabalho; orientação e supervisão da Secretaria; aprimoramento do programa ou do próprio sistema de ensino; ter raízes na comunidade, ser por ela respeitada, contribuindo para sua organização e desenvolvimento social);
- c) ênfase nas atividades de cunho eminentemente pedagógico e educacional;
 - d) que os recursos liberados sejamiusados na forma prevista;
- e) contratações de professores, evitando-se afastamentos, sempre de acordo com os salários previstos;
- f) o PROFIC, um projeto não desligado da realidade das escolas públicas (melhor aproveitamento de espaços disponíveis nas escolas, utilização através de Convênios de espaços porventura disponíveis nas proximidades das escolas, etc,..).

Permanecem válidas todas as outras recomendações que não as contidas aqui, feitas em Pareceres anteriores do Colegiado que aprova ram Convênios PROFIC, sempre tuscando a melhoria e o aperfeiçoamento do Programa.

A vigência prevista na Cláusula Sexta, a partir da assinatura até 31/12/89, coincidindo, portanto, com o término do exercício, atende a orientação deste Colegiado.

3. CONCLUSÃO

Aprova-se, nos termos deste Parecer, a celebração dos Convênios entre o Estado de São Paulo, através da Secretaria da Educação e as 07(sete) entidades assistenciais relacionadas na Apreciação, objetivando a implantação e o desenvolvimento do Programa de Formação Integral da Criança - PROFIC.

São Paulo, 13 de outubro de 1988.

a) Consa. Cecília V. Lacerda Guaraná Relator

DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO aprova, por unanimidade, a decisão da Comissão de Planejamento nos termos do Voto do Relator.

Sala "Carlos Pasquale" em 02 de novembro de 1988

a) Cons. Jorge Nagle

Presidente